

Justiça ocupacional na graduação em terapia ocupacional: Reflexões a partir de um evento estudantil

Occupational justice on occupational therapy graduation: Reflections stemming from a student event

Justicia ocupacional en la graduación en terapia ocupacional: Reflexiones desde un evento de estudiantes

Recebido: 15/11/2022 | Revisado: 28/11/2022 | Aceitado: 29/11/2022 | Publicado: 06/12/2022

Iolanda Costa Rodrigues

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3243-6880>
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
E-mail: iolanda.c.rodrigues@hotmail.com

Camille Moliere Freitas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8590-3801>
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
E-mail: moliere.cf@gmail.com

Thaís de Souza Novais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3115-5051>
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
E-mail: novais.thais97@gmail.com

Pablo Alberto Pereira dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0990-5730>
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
E-mail: pablostaw@gmail.com

Adriana Gonçalves Queiroz

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0634-9022>
University Medical Center, Kansas City, Estados Unidos da América
E-mail: adrianaqueiroz.to@gmail.com

Tânia Lucia Hirochi

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3756-0621>
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
E-mail: taluhiufmg@gmail.com

Resumo

Introdução: os discentes do PET-TO observaram a escassa representatividade negra entre seus pares e no corpo discente. Diante disso, considerando também o interesse na temática do racismo, fomentaram o evento “Terapia Ocupacional, Racismo e Justiça Ocupacional: olhando para dentro”. **Objetivo:** refletir sobre o que, a partir das discussões do evento, foi despertado nos discentes do PET, destacando a importância da discussão do conceito de Justiça Ocupacional na graduação. **Síntese dos elementos de estudo:** este artigo apresenta os relatos de experiência de 4 estudantes, discutidos em 3 tópicos, para facilitar a compreensão do leitor, sobre a vivência: conhecimento/desconhecimento do termo Justiça Ocupacional; autoidentificação e representatividade e amenizadores da injustiça ocupacional. **Conclusão:** destaca-se que o terapeuta ocupacional é um agente amenizador das injustiças ocupacionais em potencial. Logo, enquanto estudantes, questionamo-nos e refletimos sobre a importância de abordar os determinantes sociais da ocupação na graduação. Em se tratando da população negra, que historicamente é alvo de inúmeras injustiças ocupacionais, reforçamos a necessidade de ações e mais discussões, principalmente dentro da academia universitária, que contribuam para que esses indivíduos exerçam plenamente suas vidas cívica e social, tendo seus direitos ocupacionais garantidos e acessíveis.

Palavras-chave: Terapia ocupacional; Racismo; Justiça ocupacional; Graduação; Programa de Educação Tutorial.

Abstract

Introduction: PET-TO students observed the scarce black representation among their peers and in the student body. In view of this, and also considering the interest in the theme of racism, they promoted the event “Occupational Therapy, Racism and Occupational Justice: looking inside”. **Objective:** to reflect on what, from the discussions at the event, was awakened in PET students, highlighting the importance of discussing the concept of Occupational Justice in graduation. **Summary of study elements:** this article presents the experience reports of 4 students, discussed in 3 topics, to facilitate the reader's understanding of the experience: knowledge/lack of knowledge of the term

Occupational Justice; self-identification and representativeness and mitigating occupational injustice. Conclusion: it is emphasized that the occupational therapist is a mitigating agent of potential occupational injustices. Therefore, as students, we question ourselves and we reflect on the importance of addressing the social determinants of occupation in graduation. In the case of the black population, which has historically been the target of numerous occupational injustices, we reinforce the need for actions and more discussions, especially within the university academy, which contribute to these individuals to fully exercise their civic and social lives, having their occupational rights guaranteed and accessible.

Keywords: Occupational therapy; Racism; Occupational justice; High Education; Program of Tutorial Education.

Resumen

Introducción: Los estudiantes del PET-TO observaron la escasa representación negra entre sus pares y en el estudiantado. En vista de ello, y considerando también el interés por el tema del racismo, promovieron el evento “Terapia Ocupacional, Racismo y Justicia Ocupacional: mirando hacia adentro”. Objetivo: reflexionar sobre lo que, a partir de las discusiones del evento, fue despertado en los estudiantes del PET, destacando la importancia de discutir el concepto de Justicia Ocupacional en la graduación. Resumen de elementos de estudio: este artículo presenta los relatos de experiencia de 4 estudiantes, discutidos en 3 temas, para facilitar la comprensión del lector sobre la experiencia: conocimiento/desconocimiento del término Justicia Ocupacional; autoidentificación y representatividad y mitigar la injusticia ocupacional. Conclusión: se destaca que el terapeuta ocupacional es un agente mitigador de potenciales injusticias ocupacionales. Por eso, como estudiantes, nos cuestionamos y reflexionamos sobre la importancia de abordar los determinantes sociales de la ocupación en la graduación. En el caso de la población negra, que históricamente ha sido objeto de numerosas injusticias ocupacionales, reforzamos la necesidad de acciones y más discusiones, especialmente al interior de la academia universitaria, que contribuyan a que estas personas puedan ejercer plenamente su vida cívica y social, teniendo sus derechos laborales garantizados y asequibles.

Palabras clave: Terapia ocupacional; Racismo; Justicia ocupacional; Graduado universitario; Programa de Educación Tutorial.

1. Introdução

O Programa de Educação Tutorial da Terapia Ocupacional (PET-TO) foi instituído na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no ano de 2007, configurando-se como o único de Terapia Ocupacional do país, até o momento. Em 2020, ano em que as discussões que fomentaram este artigo aconteceram, o grupo era composto por oito bolsistas, 6 do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Destes, 3 se denominam pardos, 2 brancos e 3 pretos. O PET-TO, é regido pelos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial, e dentre suas ações pode oferecer aos envolvidos o contato com assuntos pouco discutidos na formação acadêmica (Brasil, 2006), a exemplo do racismo.

Segundo dados do Instituto da Mulher Negra (Werneck, 2013) o racismo é uma ideologia ampla e complexa que se dá a partir das relações interpessoais, e que penetra e participa das culturas, estruturas de governo, política e ética. Além disso, perpassa a população negra e é capaz de definir oportunidades e valores para pessoas e populações a partir de sua aparência nos níveis pessoal, interpessoal e institucional (Ayres, 2003; Werneck, 2013), interferindo nos diversos âmbitos da vida do indivíduo (Almeida, 2018; IBGE, 2019).

Como discentes, observamos a escassa representatividade negra, tanto no corpo discente, quanto no corpo docente (Silva & Ferreira, 2021) e técnicos administrativos da universidade, não apenas em quantidade. As discussões étnicas raciais, na formação acadêmica dos profissionais de saúde, aparecem em disciplinas com ementas ligadas às temáticas do campo social, restringindo-se a conteúdos que discutem as desigualdades sociais, negligenciando o racismo e demais questões étnicas raciais como determinantes da saúde.

Uma vez que a Terapia Ocupacional não difere nesse aspecto (UFMG, 2008; Novais & Queiroz, 2021), fomentamos em março de 2020, online e gratuitamente aberto ao público, o evento “TO em prosa: Terapia Ocupacional e questões raciais: olhando para dentro”. Ao abordar conjuntamente o racismo e a Terapia Ocupacional, o evento permitiu a discussão sobre os impactos étnico-raciais no cotidiano de estudantes e profissionais da Terapia Ocupacional, em seus contextos pessoais, de labor e de formação acadêmica.

O evento citado provocou e esclareceu quanto aos conhecimentos e vivências amplas de racismo estrutural dentro e

fora da universidade no contexto de terapeutas ocupacionais e da profissão, o que fomentou um segundo evento: “Terapia Ocupacional, racismo e Justiça Ocupacional: olhando para dentro”. Apresentamos nesta produção científica, reflexões advindas do segundo evento.

Pensar em Justiça Ocupacional significa refletir sobre a defesa e garantia de meios que proporcionem a todo indivíduo a realização plena e efetiva em suas ocupações. Segundo Hamell (2020) “a violação de direitos ocupacionais, devido às condições sociais injustas e inadequadas, constitui uma injustiça ocupacional” (p.382). O racismo fomenta injustiças ocupacionais a todo momento. Nesse sentido, terapeutas ocupacionais devem atuar junto a estes indivíduos, em seus cotidianos no resgate de seus direitos ocupacionais que foram violados, estes que deveriam contribuir para o seu bem estar e de sua comunidade (Hammell, 2020).

A partir do exposto, o presente artigo lança reflexões advindas da experiência de quatro membros do grupo PET-TO, partindo da seguinte pergunta: quais as reflexões o evento “Terapia Ocupacional, racismo e Justiça Ocupacional: olhando para dentro” desenvolvido pelo PET-TO UFMG fomentou em nós, alunos negros que fazem parte do grupo?

Nas reflexões, baseamos-nos no entendimento de que justiça ocupacional é um direito defendido pelos profissionais da Terapia Ocupacional, que visa o acesso às oportunidades, recursos, espaços, e garante a participação em ocupações de interesse individual ou coletivo, independente de classes sociais, cor de pele, cultura e demais particularidades (Townsend & Marval, 2013). Por conseguinte, buscamos destacar a importância da discussão do conceito de Justiça Ocupacional no período de graduação, buscando promover uma educação antirracista, que se refere a uma vasta variedade de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas com vistas a defesa e incentivo da igualdade racial e para eliminar formas de discriminação e opressão, tanto individual como institucional (Troyna & Carrington, 2011).

2. Metodologia

Este artigo apresenta, por meio de abordagem qualitativa, relato de experiência de 4 estudantes participantes do PET-TO/UFMG, sendo identificados como participantes A-D. A experiência foi desencadeada por um evento online, “Terapia Ocupacional, racismo e Justiça Ocupacional: olhando para dentro”, realizado pela plataforma Zoom.Ux do Sympla com duração aproximada de 2h30min em 01 de agosto de 2020.

A análise do relato baseou-se na proposta de análise hermenêutica dialética de Minayo (2002). Primeiro organizamos as informações: a) transcrição do evento, b) leitura e revisão da gravação, c) escrita individual de relato pessoal com sentimentos e inquietações pré-existentes e provocado pelo evento em questão.

Na 2ª etapa, em reunião on-line, analisamos as experiências relatadas em forma de categorias temáticas (etapa final da análise), interpretando-as (Gomes, 2002).

3. Resultados e Discussão

O relato foi organizado em 3 categorias: I. Conhecimento/desconhecimento do termo Justiça Ocupacional; II. Autoidentificação e representatividade; III. Amenizadores da injustiça ocupacional.

3.1 Conhecimento/desconhecimento do termo Justiça Ocupacional

O termo Justiça Ocupacional é totalmente novo para mim, e só iniciei uma reflexão pessoal sobre as injustiças ocupacionais a partir do TO em Prosa que tratou do tema. Participante B.

A fala da participante B retrata a fala da maioria de nós, autores deste artigo, em nossos relatos pós-evento, quando falamos frequentemente sobre não termos ciência acerca do conceito de Justiça Ocupacional. Os registros na literatura indicam que os conceitos de Justiça Ocupacional e injustiça ocupacional começaram a ser discutidos internacionalmente em meados de

1993, pelas autoras Elizabeth Townsend e a Dra. Ann Wilcock (Willcock, 1993; Townsend, 1998), que iniciaram um processo de apresentação e divulgação dos conceitos, incluindo as novas terminologias à ciência ocupacional (Willcock, 2000; Townsend & Willcock, 2004).

O estabelecimento destes conceitos oferece, além de uma nova linguagem, um conjunto de valores, ideias e crenças que nos permitem conhecer e analisar condições e modos de existir que, por sua vez, limitam ou impedem cotidianamente a participação e cidadania em suas ocupações. Isto significa pensar sobre o que Wilcock descreve em seus estudos: que estes conceitos envolvem o modo como os indivíduos, podem ser, tornar-se, fazer e pertencer por meio da ocupação e que estes modos podem ser diferentes, a depender de populações específicas, o que implica em disparidades/desigualdades ocupacionais (Townsend & Marval, 2013).

A Terapia Ocupacional tem como um dos seus objetivos de atuação promover a participação satisfatória em todas as ocupações que o sujeito deseja e escolhe realizar. Para tanto, ela busca diminuir e/ou combater as disparidades ou injustiças ocupacionais de forma coletiva e individual (Borba et al., 2019). Contudo, o termo Justiça Ocupacional ainda é pouco difundido e abordado nos cursos de graduação e no meio profissional. Conforme aponta a participante A:

Durante o meu percurso de vida não estive inteiramente ligada aos debates sobre questões raciais, então tão pouco buscava compreender sobre os termos utilizados, principalmente ao que se diz sobre justiça ocupacional. (...) O evento evidenciou a mim como esses espaços de diálogo são importantes para construir, como profissional, uma atuação e intervenções voltadas para integralidade do sujeito, compreendendo suas histórias e vivências como pessoa preta em uma sociedade que nega a existência do racismo. Participante A.

Apesar disso, Townsend e Marval (2013) inicia seu estudo apontando que, onde a injustiça ocupacional persiste, profissionais de saúde têm obrigação profissional, moral e ética de reduzir tal injustiça para com os membros da sociedade, tanto para os necessitados, como para os privilegiados. Dessa forma, eles encorajam a reflexão sobre a promoção de Justiça Ocupacional à luz das relações institucionais de poder.

Considerando a importância desta discussão e conhecimento do conceito, além da precariedade de discussões universitárias acerca de Justiça Ocupacional faz-se necessário ocorrerem mais iniciativas propondo este debate. Isto porque o processo de mudança se inicia por meio de discussões, que, por sua vez, acarretam em mudanças de paradigmas e, assim, podem e devem refletir em uma realidade social maior (Borba et al., 2019).

Nesse sentido, e incluindo as discussões étnico-raciais, segue a fala do participante C, que aborda a relevância de reflexões sobre a justiça ocupacional e o racismo institucional na graduação:

A injustiça ocupacional é um termo novo para mim, mas que já o conhecia desde que me entendo como homem e preto, mas não sabia como nomear. Hoje já sei, um diálogo mais que necessário que deveria ser trago mais vezes e se fazer mais presente dentro da academia, visto que onde se formam os profissionais das mais diversas áreas. Precisamos falar das nossas necessidades, medos e anseios dentro de uma sociedade racista e cruel como a que vivemos. Participante C.

A fala de C, aponta para a urgência da promoção de uma educação antirracista. Cavalleiro (2011) cita a necessidade de reconhecermos a existência do problema racial na sociedade, pensa meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial e elabora ações que possibilitem o fortalecimento do autoconceito de alunos e de alunas pertencentes a grupos discriminados. Para tanto, deve-se reconhecer o racismo presente nos discursos e práticas acadêmicas, entendendo que essas práticas refletem uma estrutura que não instiga o sujeito a pensar sobre o problema. Esta percepção é retratada pela fala da participante D:

(...) esse episódio me fez refletir o porquê eu não ampliei minha visão sobre a Justiça Ocupacional fazendo uma articulação com o racismo. Partindo dessa indagação, pude perceber que em nenhum momento durante a graduação eu fui instigada a pensar a partir dessa ótica. Participante D.

Figueiredo e Grosfoguel (2009) apontam que brasileiros estão convencidos da existência do preconceito e da discriminação raciais, embora, na maioria das vezes, eles não acreditam que isto afete mais profundamente a vida daqueles que são discriminados, menos ainda que comprometa o desempenho educacional, suas expectativas de vida e, efetivamente, as escolhas profissionais e as chances de obter bons trabalhos.

No entanto, a questão da étnico-racial impacta sob várias perspectivas a inserção e permanência de pessoas pretas nos espaços, sobretudo na universidade, um espaço de poder, que se estrutura e se apresenta, pelo padrão de branquitude (Borba et al., 2019). Conforme relata a participante A:

Somente durante o evento percebi o quão importante é estar rodeado de amigos pretos na graduação. O empoderamento mencionado por uma das palestrantes é voltado para a união do grupo de pretos e lembrar disso evidencia o impacto e a potência que meu grupo, composto por pessoas pretas, teve sobre meu permanecimento na universidade. Participante A.

A partir disso, podemos analisar dois pontos que devem ser considerados para resistência e enfrentamento do padrão normativo. O primeiro é a importância da temática no espaço universitário em diálogos onde os próprios sujeitos que vivenciam as discriminações raciais, são agentes ativos e participativos no processo de mudança. O segundo é o estar entre pares, fortalecendo-se, trocando experiências, e potencializando a luta pelos seus direitos, neste caso, ocupacionais.

Diante disso, fica evidente a necessidade do envolvimento em diálogos críticos sobre racismo e justiça ocupacional usando o pensamento global sobre ocupação, saúde e justiça, juntamente com os aspectos individuais das diferentes populações (Nilsson & Townsend, 2010).

3.2 Autoidentificação e representatividade

“(...) a discussão realizada no TO em Prosa foi fundamental para que eu começasse a pensar (...) também como eu me enxergo nesse espaço (universitário) enquanto mulher negra de pele clara”. Participante B.

A fala da participante B, exemplifica o que autores dizem sobre entenderem a autoidentificação como um processo permanente e inacabado, que se manifesta por meio da consciência da diferença e da contraposição com o outro, considerando, assim, a assimetria existente entre esses (Fernandes & Souza, 2016).

Nesta perspectiva, o processo de autoidentificação se dá a partir da relação com o outro, o que, é marcante, visto que o padrão normativo e idealizado não é negro. A forma com que a sociedade atual visa os grupos étnico-raciais de pessoas negras e brancas é distinta e contraposta. O branco é lido com expressões de superioridade e universalidade que dispensam especificações. Em contrapartida, o negro é visto com adversidade, expressões daquilo que é exótico ou ruim (Fernandes & Souza, 2016). A partir disso, identificar-se como pessoa negra em um espaço que não te acolhe, tem o seu preço. A participante A, compartilhou suas reflexões sobre sua identificação racial:

(...) voltando para mim, mulher preta, acordar todos os dias se torna uma forma de resistência. Pois, os corpos pretos são massacrados diariamente, ou um padrão estético determina como devo me portar socialmente para ser aceita e, é atribuído esquecer sobre minhas origens e me adaptar ao padrão branco, buscando clarear minha pele, sendo menos preta e alisando meu cabelo. Participante A.

Uma sociedade racista utiliza diversas estratégias para discriminar e inferiorizar pessoas negras. Sabemos que o cabelo cacheado ou crespo, é o principal marco dessa inferiorização. O processo de embranquecimento da população impede que as características negras sejam enaltecidas, por sua vez, é mais idealizado ter características que assemelham a supremacia branca (Ambrósio, 2022).

Se reconhecer negro em uma sociedade racista como o Brasil é um dilema difícil, contudo, existe um ponto em comum entre as pessoas negras brasileiras: o racismo. O grupo étnico-racial que detém facilidades e privilégios econômicos, além de possuir ganhos simbólicos, têm acesso às oportunidades e direitos facilitados em função de um pertencimento étnico-racial (Luiz & Costa, 2021). É neste ponto que muitos sujeitos começam a questionar sua identidade étnico-racial e encontram pessoas na mesma situação (Fernandes & Souza, 2016). O negro, mediante a sociedade estruturada e hierarquizada pelo racismo, tem o lugar de subalternidade, marginalidade, da periferia e da pobreza (Luiz & Costa, 2021). A participante A, expressa o questionamento identitário em seu relato:

Quem sou eu e quais as modificações que aconteceram comigo a partir da minha inserção em um espaço que sim é rodeado de práticas racistas? As aberturas para as discussões, sejam em grupos de amigos, seja durante uma aula que evidencia a dimensão social e suas diferenças, bem como no próprio evento, me fizeram questionar sobre quem sou, de onde vim, o que estou vivendo agora e o que estou reproduzindo e construindo. Participante A.

No Brasil, o ingresso ao ensino de educação superior durante muitos anos, foi considerado um privilégio de camadas sociais seletas, compostas por sua maioria de pessoas brancas, enquanto as demais eram privadas dessa ocupação. Com as reivindicações dos movimentos sociais, em destaque o Movimento Negro, em 1990, foi implementado as ações afirmativas que possibilitaram o acesso de negros, indígenas e estudantes de escolas públicas a terem acesso ao ensino superior gratuito. Por consequência dessas reivindicações e da pressão que esses movimentos sociais integralizadores fizeram ao Estado, em 29 de agosto de 2012, foi criada a Lei de Cotas, n.12.711/2012, que prevê o ingresso de estudantes de escola pública, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas nas universidades públicas federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

As políticas afirmativas além de potencializar a reparação das desigualdades entre brancos e negros, como também possibilita a discussão sobre o racismo e instiga reflexões sobre o pertencimento étnico-racial (Marques, 2018). A presença do negro no meio acadêmico configura-se não somente como ato de resistência, bem como viabiliza a formulação de conhecimento, dando visibilidade para o que o que foi impedido socialmente de existir mediante as desigualdades (Luiz & Costa, 2021). No entanto, pontuamos que os impasses de ser uma pessoa negra ingressando no ensino superior vão para além da nossa chegada à universidade, eles nos acompanham diariamente. A participante D, diz o quanto se sentiu não pertencente ao espaço da universidade durante o seu percurso acadêmico:

Sou uma mulher, negra, retinta e vivi durante 4 anos na universidade questionando em alguns momentos se ali realmente era onde eu deveria estar. Mas quero destacar que essas reflexões não eram reflexões de uma baixa autoestima intelectual, mas sim por ser um corpo negro em uma universidade, pública. Eu me sentia coagida. Participante D.

Os participantes C e A, pontuaram em seu relato, respectivamente, algumas das sutilezas desse racismo vividos dentro da instituição:

(...) as formas de agressão do racismo são diversas e com tantas faces e nuances que às vezes nós negros, que sofremos esses ataques, não conseguimos identificá-los e em muitos momentos vem disfarçados de elogios, críticas construtivas (que nada constrói), conselhos e regras. Participante C.

(...) O evento evidenciou a mim como esses espaços de diálogo são importantes para construir, como profissional, uma atuação e intervenções voltadas para integralidade do sujeito, compreendendo suas histórias e vivências como pessoa preta em uma sociedade que nega a existência do racismo (...). Participante A.

Partindo desses relatos, podemos discutir sobre racismo estrutural. Segundo Silvio Almeida (2019), os conflitos raciais não são causados de forma isolada e individual exclusivamente, o racismo é uma característica da sociedade. As instituições, por sua vez, desenvolvem interesses e práticas que favorecem certos grupos em detrimento de outros (Almeida, 2019).

Ao pensarmos no ambiente acadêmico, que majoritariamente se configura de pessoas brancas, entendemos o quanto esse local já se caracteriza como opressor apenas por se configurar como uma instituição. Além disso, compreendemos que as desigualdades raciais sofridas na universidade nem sempre são manifestadas de formas explícitas, tais como ofensas e violência física. Como autores desse artigo, apontamos em nossos relatos que a falta de representatividade impacta na permanência na universidade, no entanto, a participação em grupos e coletivos negros nesse espaço potencializam o sentimento de pertencimento. A convivência entre os pares faz parte do processo de fortalecimento da identidade negra, da solidificação da negritude e da elevação da autoestima, contribuindo também para a mudança de olhar sobre si e sobre o mundo ao seu redor (Luiz & Costa, 2021).

Os obstáculos que a população negra sofre indicam uma construção social estruturada e formulada historicamente na intenção de contemplar seu corpo, interligada socialmente e assentada por uma teia de significados que nada mais são que artimanhas criadas com a intenção de preservar hierarquias sociais. As violências físicas e veladas criam barreiras à formação de sentimento de pertencimento racial, fortalecendo impedimentos ao seu posicionamento político e social (Fernandes & Souza, 2016).

3.3 Amenizadores da injustiça ocupacional.

A Universidade é um espaço que conecta sujeitos e contribui para a formação destes em diversas dimensões humanas, por meio da construção e disseminação de conhecimento desenvolvido coletivamente, exercendo sua atribuição de Instituição Social (Monfredini, 2016). Neste viés, refletir sobre o racismo no ambiente universitário, influencia não apenas o papel de estudante, como exposto por B:

“O racismo atravessa todas as relações sociais, contribuindo para as injustiças ocupacionais de diversos indivíduos e pensar sobre este conceito, estudá-lo, discuti-lo e compreendê-lo nos leva a repensar o nosso papel enquanto estudante e futuros profissionais da Terapia Ocupacional.” Participante B.

Bem como por C:

Combater o que vem acontecendo (...) esse é um problema de todos, independente da sua cor. O racismo é um mal que precisamos falar constantemente, para que não se esqueça que pessoas são impedidas todos os dias de realizar atividades simples, como trabalhar, estudar, e desempenhar diversos outros papéis ocupacionais por causa do racismo enraizado em nossa sociedade. Participante C.

O espaço da universidade não é apenas um lugar onde pessoas se tornam profissionais de alguma área, é o local onde se formam aqueles que oferecem serviços para os diversos públicos da sociedade. Sendo assim, a Universidade Federal, como espaço público que favorece a troca de conhecimento, bem como os constrói coletivamente, executa um papel na sociedade não apenas de formar novos profissionais, mas de se configurar como um espaço que deve promover reflexões acerca das injustiças ocupacionais. Conforme é dito por D:

Vivemos em uma sociedade que é regida pelo racismo interpessoal, institucional e estrutural, e são esses os pilares que muitas vezes impedem ou dificultam pessoas negras de exercer seu direito ocupacional. Participante D.

E é reforçado por C:

(...) a todo momento o racismo nos invalida como profissionais, estudantes, professores, filhos, mães e como membros de uma sociedade onde se formam os profissionais das mais diversas áreas, precisamos falar das nossas necessidades, medos e anseios dentro de uma sociedade racista e cruel como a que vivemos. Participante C.

Nesse contexto, as ações afirmativas são uma forma de amenizar as injustiças. Estas ações possibilitam às populações, que sempre estiveram à margem da elite, ocuparem um espaço público que deveria ser acessível a todos (Toubia & Lima, 2015).

Mas as ações afirmativas são apenas um dos caminhos, sendo importante promover discussões que busquem ampliar as conquistas, num movimento de luta pela não-exclusão (Toubia & Lima, 2015). Isto se faz necessário para que a universidade não se torne mais um território que reproduz preconceitos e injustiças ocupacionais, conforme reflete A:

Quando é abordado sobre a inserção das pessoas pretas e das pessoas não pretas, me recorro sobre território, seu envolvimento com as questões culturais e como ele tem o poder de desconstruir e criar novas possibilidades. Mas que ele também pode ser utilizado para reproduzir os padrões de discriminação e marginalização do preto, independentemente de suas condições financeiras.

É importante que o espaço universitário se configure como um local de acolhimento conforme expressa D: “(...) foi difícil sentir-se pertencente a esse novo contexto que destoava do meu antigo ciclo social”. B destaca a importância do movimento de construção de espaços de diálogo através das atividades extracurriculares - como o PET - e das ações afirmativas.

A discussão acerca do racismo e suas implicações e relações na profissão de Terapia Ocupacional se estendeu, o que nos levou a fomentar um segundo evento, onde a discussão era sobre a Terapia Ocupacional e a justiça ocupacional. (...) no que diz respeito ao racismo institucional essa discussão é fundamental, uma vez que estamos realizando essa discussão em um curso de graduação de uma universidade pública que utiliza a política de cotas para ingresso de estudantes de baixa renda, com deficiência e pretos e pardos.

Logo, a universidade, detém potencial de ressignificar, construir novos pensamentos e quebrar padrões culturais que massacraram/afetam determinada parte da população, é imprescindível para promover eventos que, tais quais o “TO em Prosa”, busquem dialogar com a realidade e criem oportunidades e espaços de interação entre os participantes, fomentando movimentos que contribuirão para novas conquistas.

4. Considerações Finais

A partir das reflexões geradas após o evento “Terapia Ocupacional, racismo e Justiça Ocupacional: olhando para dentro” destacamos que o terapeuta ocupacional é um agente amenizador das injustiças ocupacionais em potencial. Ele baseia sua atuação na ética, a fim de promover maior qualidade de vida aos seus clientes, conforme orientado no código de ética da profissão.

Logo, enquanto estudantes, questionamo-nos e refletimos sobre a importância de abordar os determinantes sociais da ocupação, ainda na graduação, de maneira que todas as pessoas tenham oportunidade de se envolverem nas ocupações que contribuem positivamente para o seu bem-estar individual e coletivo.

Em se tratando da população negra, que historicamente é alvo de inúmeras injustiças ocupacionais, reforçamos a

necessidade de mais ações e discussões, principalmente dentro da universidade, que contribuam para que esses indivíduos, possam exercer plenamente suas vidas cívica e social, tendo seus direitos ocupacionais garantidos e acessíveis. Afinal entrar e difícil, mas manter se pode ser ainda mais desafiante diante não apenas nas questões financeiras, mas das violências e injustiças que essa população vive no dia a dia universitário (Theodoro, 2020).

Nesse sentido, destaca-se a importância de eventos como este, pois incitam discussões relevantes e necessárias socialmente, que são, inclusive, negligenciadas no meio acadêmico. Para além disso, podemos observar que elas potencializam e impulsionam os sentimentos de empoderamento e pertencimento da população preta, gerando frutos como o fortalecimento de coletivos.

Nesse sentido, os relatos são passíveis de exemplificar a relevância e o impacto que discussões resultantes do envolvimento e conhecimento produzido socialmente no ambiente universitário possuem. Debates que envolvam outras perspectivas e que influenciam o modo de vida, originam questionamento de status, normas e condutas, que podem gerar mudanças dentro e fora da instituição, bem como, transformações individuais.

É importante que esse diálogo esteja presente em áreas como da saúde, bem como as áreas das ciências humanas/sociais, destacando-se a da Terapia Ocupacional. A necessidade de se trazer questões que não se limitem apenas ao pensamento biomédico, mas que partam para questões sociais e contextuais, demonstra como a prestação do cuidado, para ser efetiva, necessita considerar os diversos componentes que compõem o cotidiano humano e suas vivências.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer à Yone Maria Gonzaga, Emily Grullón, Rodrigo da Silva Vital e Daniela de Melo Gomes, que participaram da discussão do evento “TO em Prosa Racismo e Justiça Ocupacional: um olhar para dentro”; Obrigado por compartilhar conosco a experiência de vocês em torno do tema.

Referências

- Almeida, S. (2019). Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Almeida, S. (2018). O que é racismo estrutural? Letramento.
- Ambrosio, L., Fonseca, L., Fernandes de Andrade, A., Sousa, D., & Silva, C. (2022). Cabelos Crespos, Tranças e Black Power: Reflexões sobre o adoecimento de mulheres negras, autoestima, empoderamento. Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/As Negros/As (ABPN), 14(39), 453-477. <https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1274>
- Ayres, J. R. C. M., França Júnior, I., Calazans, G. J., & Saletti Filho, H. C. (2003). O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências, 2, 121-144.
- Brasil. (2006). Programa de Educação Tutorial - PET: manual de orientações básicas. Ministério da Educação. Brasília. http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/PET/pet_manual_basico.pdf.
- Brasil. (2012, 29 de agosto). Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm
- Borba, Carolina dos Anjos de; Silva, F. M.; Rosa, S. Y. S. (2019). Negra e Acadêmica: A solidão no diálogo entre pares nos espaços de poder. Revista Caderno Espaço Feminino do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher, 32, 129-145.
- Carvalho, C. R. A. D. (2012). A identidade profissional dos terapeutas ocupacionais: considerações a partir do conceito de estigma de Erving Goffman. Saúde e Sociedade, 21,364-371.
- Cavalleiro, E. (2001). Educação Anti-Racista: Compromisso indispensável para um mundo melhor Selo Negro. Selo Negro Edições.
- Fernandes, V. B., & de Souza, M. C. C. C. (2016). Identidade Negra entre exclusão e liberdade. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, (63), 103-120. Recuperado em 03 de abril de 2021, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742016000100103&lng=en&nrm=iso.
- Figueiredo, Â., & Grosfoguel, R. (2009). Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. Sociedade e Cultura, 12(2), 223-234.

- Gomes, N. L. (2005). Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal, 10639(03)*, 39-62.
- Gomes, N. L. (2003). Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação*, (23), 75-85.
- Gomes, R. (2002). A análise de dados em Pesquisa Qualitativa. In: Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 28 ed. Petrópolis: Vozes, p. 67-79.
- Hammell, K. W. (2020). Ações nos determinantes sociais de saúde: avançando na equidade ocupacional e nos direitos ocupacionais. Texto traduzido pelo Prof. Dr. Vagner dos Santos, da Charles Sturt University, Austrália, em contribuição com os Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional* [online]. 28(1). <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF2052>. Epub 27 Mar 2020. ISSN 2526-8910.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2019). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 28 de março de 2021, de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=sobre>
- Luiz, C. S., & Costa, A. P. (2021). Programa Brasil Afroatitudes como estratégia de política de inclusão sócio-racial de estudantes negras e negros. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 13, 37-58, <https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1303>.
- Marques, E. P. D. S. (2018). O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. *Revista Brasileira de Educação*, 23.
- Minayo, M. C. S. (2002). Ciência, Técnica e Arte: O desafio da Pesquisa Social. In: Minayo, M. C. S. (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 28 ed. Petrópolis: Vozes, p. 9-30.
- Minayo, M. C. S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista pesquisa qualitativa*, 5(7), 1-12. <https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/82>
- Monfredini, I. (2016). As possibilidades de formação de sujeitos na universidade.
- Monfredini I. A Universidade como espaço de formação de sujeitos. Santos: Editora Universitária Leopoldiana, 7-20. https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2017/01/ebook_universidade_espaco_formacao_sujeitos.pdf
- Nilsson, I., & Townsend, E. (2010). Occupational justice – Bridging theory and practice. *Scandinavian journal of occupational therapy*, 17(1), 57-63.
- Novais, T. & Queiroz, A. G. (no prelo). Terapia Ocupacional e as questões étnico-raciais: reflexões e propostas. In: Diallo, C. S. & Santos, N. O. (Org). *Iluwe Sinu Elo: educação para as relações étnico-raciais*. Pachamama.
- Schucman, L. V. (2012). Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Silva, J. M., Lopes, T. B., & Ferreira, C. da S. (2021). The presence and the place of black teachers at IFMT: affirmative actions, advances and challenges. *Research, Society and Development*, 10(17), e163101724511. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i17.24511>
- Theodoro, C. L. M. (2020). The racist reaction of the elites against the university quota system. *Research, Society and Development*, 9(3), e59932372. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i3.2372>
- Toubia, A. A. T., & Lima, P. G. (2015). Ações afirmativas na educação: os avanços na realidade brasileira na perspectiva da universidade para todos. *Laplage em revista*, 1(3), 118-129. Recuperado em 02 de abril de 2021, de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6193572>
- Townsend, E., & Marval, R. (2013). Profissionais podem realmente promover justiça ocupacional?/Can professionals actually enable occupational justice?. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 21(2).
- Townsend, E. (1998). Occupational therapy language: Matters of respect, accountability and leadership. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, 65(1), 45-50.
- Townsend, E., & A. Wilcock, A. (2004). Occupational justice and client-centred practice: a dialogue in progress. *Canadian journal of occupational therapy*, 71(2), 75-87.
- Townsend, E., & Marval, R. (2013). Profissionais podem realmente promover justiça ocupacional? *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 21(2).
- Troyna, B., & Carrington, B. (2011). *Education, racism and reform* (Vol. 123). Routledge.
- Universidade Federal de Minas Gerais. (2008). Projeto pedagógico do curso de graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: EEFTO. Recuperado em 11 de julho de 2020, de <http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/DATA/UserFiles/files/Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20do%20Curso%20TO%20UFMG.pdf>
- Werneck, J. (2013). Racismo institucional: uma abordagem conceitual. Geledés—Instituto da Mulher Negra. Trama Design.
- Wilcock, A. A. (2000). Occupational justice: Occupational terminology interactive dialogue. *Journal of occupational science*, 7, 84-86.
- Wilcock, A. (1993). A theory of the human need for occupation. *Journal of occupational science*, 1(1), 17-24.